



Relatório da reforma tributária poderá receber novas emendas

Marcos Oliveira/Agência Senado



A presidente da comissão, Simone Tebet, e o relator, Roberto Rocha, que defende a simplificação dos tributos

Parecer de Roberto Rocha foi apresentado à CCJ, mas um pedido de vista adiou a votação. Ontem Davi Alcolumbre defendeu uma proposta única construída por Senado, Câmara e governo

O relatório de Roberto Rocha sobre a proposta de reforma tributária foi apresentado ontem à Comissão de Constituição e Justiça. A PEC prevê a extinção e a unificação de tributos, e tem como eixo principal a criação do Imposto sobre Operações com Bens e Serviços, que terá as características de um imposto sobre valor adicionado. Um pedido de vista adiou a votação da proposta, que ainda pode receber emendas.

A presidente da CCJ, Simone Tebet, informou que o relator apresentará

um complemento do voto, com a análise das novas emendas, em 2 de outubro. Segundo a senadora, a expectativa é que o governo apresente sugestões de mudanças no texto até lá. O Executivo também trabalha em uma outra proposta de reforma tributária, ainda não apresentada ao Congresso. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, defendeu a busca de um entendimento entre o Senado, a Câmara dos Deputados e a equipe econômica do ministro da Economia, Paulo Guedes, em torno de uma proposta única. **5**

Tasso apresentará a colegiado parecer sobre PEC paralela

O parecer sobre a proposta versará sobre as 77 emendas sugeridas pelos senadores e será lido hoje em sessão extraordinária da Comissão de Consti-

tuição e Justiça. Tasso Je-reissati explicou que as 77 emendas deverão compor a chamada PEC paralela. Já a discussão do relatório só ocorre na terça. **3**

Sabatina de Aras para a PGR é marcada para a próxima quarta

Augusto Aras será sabatina-do na Comissão de Constituição e Justiça na quarta-feira. A data foi marcada ontem,

depois da leitura do relatório com a indicação para a Procuradoria-Geral da República ser lido por Eduardo Braga. **5**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Relatório de Eduardo Braga foi favorável à indicação de Augusto Aras para PGR



Jefferson Ruffy/Agência Senado

Davi Alcolumbre (C) preside sessão plenária em que os senadores votaram contra recondução de membros do CNMP

Senado rejeita indicações para o conselho do MP

As indicações de Lauro Machado Nogueira e Dermal Farias Gomes Filho para outro mandato no Conselho Nacional do Ministério Pú-

blico foram rejeitadas ontem pelo Plenário. Nogueira foi indicado pelo conselho de procuradores-gerais do MP e Gomes Filho concorria à vaga

dos membros do MP do DF. O Conselho Nacional fiscaliza a atuação administrativa, financeira e disciplinar do MP e de seus membros. **3**

Opinião popular sobre projetos deve ganhar mais espaço

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem proposta que amplia a participação popular, por meio de comentários, no Portal e-Cidadania, do Senado. **2**

Comissão vai promover ciclo de debates sobre feminicídio

A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher aprovou ontem a realização de um ciclo de

debates a respeito do feminicídio. Serão ouvidos, entre outros, representantes do MP e do Ministério da Justiça. **7**



Jane de Araújo/Agência Senado

Autora do requerimento, Leila citou o aumento da violência doméstica

Eleito o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar **2**

Senadores poderão sugerir ações a outro Poder **3**

Manifesto cobra transparência sobre emendas **2**



Roque de Sá/Agência Senado

Colegiado é constituído por 15 membros titulares e igual número de suplentes, com mandato de dois anos

Novo Conselho de Ética e Decoro do Senado é eleito

Senadores que vão compor o colegiado pelos próximos dois anos foram escolhidos ontem e a instalação deve ocorrer nos próximos dias. Alguns dos membros ainda não foram indicados

O SENADO FEDERAL elegeu os novos membros para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. A instalação do colegiado deve ocorrer nos próximos dias.

Os novos membros do conselho, que terão mandato de dois anos, são os senadores **Ciro Nogueira** (PP-PI), **Eduardo Gomes** (MDB-TO), **Marcelo Castro** (MDB-PI), **Confúcio Moura** (MDB-RO), **Weverton** (PDT-MA), **Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB), **Major Olimpio** (PSL-SP), **Jaques Wagner** (PT-BA), **Telmário Mota** (Pros-RR), **Jayme Campos** (DEM-MT), **Chico Rodrigues** (DEM-RR), **Otto Alencar** (PSD-BA), **Angelo**

Coronel (PSD-BA) e **Marcos do Val** (Podemos-ES).

Os suplentes são os senadores **Vanderlan Cardoso** (PP-GO), **Lucas Barreto** (PSD-AP), **Nelsinho Trad** (PSD-MS), **Randolfe Rodrigues** (Rede-AP), **Fabiano Contarato** (Rede-ES) e **Eduardo Girão** (Podemos-CE).

Os demais membros do colegiado ainda serão indicados pelos blocos parlamentares.

O Conselho de Ética tem como atribuição zelar pela observância dos preceitos da Constituição Federal, do Código de Ética e Decoro Parlamentar e do Regimento Interno do Senado Federal. O conselho atua no sentido

da preservação da dignidade do mandato parlamentar.

É o Conselho de Ética que recebe e analisa previamente representações ou denúncias feitas contra senador, que podem resultar em medidas disciplinares como advertência, censura verbal ou escrita, perda temporária do exercício do mandato e perda do mandato.

O colegiado é constituído por 15 membros titulares e igual número de suplentes, com mandato de dois anos, observado, quanto possível, o princípio da proporcionalidade partidária e o rodízio entre partidos políticos ou blocos parlamentares não representados.

Manifesto pede transparência na liberação de emenda

Um grupo de 35 senadores divulgou ontem um manifesto “em favor da política republicana”. O texto pede que o processo de liberação de recursos das emendas parlamentares tenha plena transparência e ampla publicidade, como garantia de que os recursos estão sendo alocados de forma correta. A medida seria uma resposta às insinuações de que o governo estaria liberando recursos de emendas parlamentares em troca do voto favorável à reforma da Previdência (PEC 6/2019), em análise no Plenário do Senado. O manifesto foi lido por **Lasier Martins** (Podemos-RS), que convidou os demais colegas a também assinarem o documento.

“Somos senadores da República conscientes de nossa responsabilidade como legisladores. Portanto, de forma a evitar interpretações distorcidas sobre os critérios

para liberação das emendas, esperamos que tal processo tenha plena transparência e ampla publicidade, atendendo a todos os senadores independentemente de filiação partidária ou de posicionamento em votações”, diz o manifesto.

Alvaro Dias (Podemos-PR) explicou esse apelo é para que o governo evite as especulações sobre a existência do “toma lá dá cá” no Senado Federal, o que afrontaria a dignidade dos senadores.

— Quando se especula que o governo está liberando recursos aos estados e municípios, por intermédio de senadores, em troca de votos, é uma afronta à dignidade de todos nós, e nós não podemos compactuar com essa especulação — reclamou.

A senadora **Juíza Selma** (Podemos-MT) fez ao governo o pedido para que o benefício aos estados e municípios, repassado por meio de emendas,

seja dividido igualmente entre todos os parlamentares, sem nenhum atrelamento nem distinção partidária.

Eduardo Girão (Podemos-CE) lembrou que uma das bandeiras do atual governo na campanha eleitoral foi a nova forma de fazer política, sem barganhas com o Congresso.

— Você imagina, pelos rumores que estão acontecendo aí, apenas os parlamentares que votassem a favor de reforma [da Previdência] receberiam. E os estados que têm três senadores que vão votar contra, por exemplo? Como é que fica? Não vai receber? O povo não vai receber?

Lasier afirmou que o manifesto continua em aberto, aguardando a assinatura de mais senadores, para logo depois ser entregue ao líder do governo, **Fernando Bezerra Coelho** (MDB-PE), para encaminhá-lo ao presidente **Jair Bolsonaro**.

Avança proposta que amplia a participação popular no Senado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem uma proposta que amplia a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania, do Senado.

Segundo o projeto de resolução (PRS 36/2019), os internautas poderão fazer comentários nas proposições em debate nas audiências públicas ou naquelas em que haja solicitação de senadores para essa participação. O texto segue para análise da Comissão Diretora da Casa.

Do senador **Jorge Kajuru** (Cidadania-GO), inicialmente o projeto exigia a certificação de identidade do cidadão cadastrado no e-Cidadania e abria os comentários para cada proposta em andamento no Senado. Hoje as proposições só recebem manifestação favorável ou contrária, num voto de sim ou não. Comentários só estão liberados nos eventos interativos no portal, em audiências e sabatinas.

Detalhamento

O relator, **Antonio Anastasia** (PSDB-MG) — que buscou a opinião dos gestores do e-Cidadania —, decidiu eliminar a necessidade de certificação do internauta, mantendo o cadastro simples. Segundo os técnicos do Senado, a exigência de identificação detalhada poderia desestimular a participação e diminuir o número de interações da amostra, o que comprometeria a credibilidade dos dados.

Ainda segundo o corpo técnico ouvido pelo relator, abrir os comentários para todas as proposições inviabilizaria a moderação que hoje é feita no e-Cidadania. Permitir comentários indiscriminadamente poderia



Marcos Oliveira/Agência Senado

Proposta de Anastasia facilita acesso do internauta ao portal

“debilitar a credibilidade” do portal com as possíveis ofensas publicadas, justificativa acatada por Anastasia.

“A moderação individual dos comentários é cautela irrenunciável. Basta observar os comentários às postagens da Casa em redes sociais como Facebook e YouTube para concluir que a livre publicação de opiniões no site oficial do Senado, sem moderação prévia, teria o potencial de causar danos irreparáveis à imagem da instituição”, afirma o relator.

Outras alterações sugeridas por Anastasia aumentam de 120 para 180 dias o período para a resolução entrar em vigor e determinam que comentários com conteúdo ofensivo não serão publicados, numa espécie de mecanismo de moderação prévio à publicação.

BNDES

A CCJ também rejeitou a emenda de Plenário apresentada ao PLS 7/2016 — Complementar, que acaba com o sigilo bancário das operações de financiamento do BNDES e de outras instituições financeiras públicas, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica. O autor da proposta, senador **Lasier Martins** (Podemos-RS), pediu que o texto seja votado com urgência em Plenário.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



CDH Pessoas desaparecidas

9h Análise do PLS 44/2016, que regula divulgação de dados sobre pessoas desaparecidas na televisão. Às 14h, audiência sobre Previdência de guardas municipais, vigilantes e agentes de trânsito.

CCJ PEC paralela da Previdência

10h Leitura do relatório da PEC 6/2019, que modifica o sistema previdenciário.

CMA Áreas protegidas

10h Audiência sobre papel de áreas protegidas para territórios comunitários.

CMO Ministro da Cidadania

10h Debate com o ministro **Osmar Terra** sobre financiamento de ações para a infância.

CRE Sabatina

10h Sabatina de indicados para embaixadas na Colômbia e na Indonésia.

MP 889/2019 Novo saque do FGTS

10h Audiência pública.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h A PEC 19/2014, que inclui acessibilidade entre direitos individuais e coletivos, está na pauta.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>



Senadores rejeitam dois indicados para o CNMP

Lauro Machado Nogueira e Dermeval Faria Gomes Filho não conseguiram maioria no Plenário. O senador Randolfe Rodrigues criticou duramente o resultado e disse tratar-se de retaliação ao MP

AS RECONDUÇÕES DE Lauro Machado Nogueira e Dermeval Farias Gomes Filho para mais um mandato no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foram rejeitadas ontem pelo Senado.

Nogueira foi indicado pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), do qual já foi presidente. Seu nome foi rejeitado por 36 senadores e teve 24 favoráveis e 1 abstenção.

Crítica

A rejeição de Nogueira foi criticada pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

— O que acabou de acontecer com o conselheiro do Ministério Público, do CNMP, senhor Lauro Nogueira, é lamentável. É uma retaliação indevida, que lembra os pio-

res momentos desta Casa. E esta Casa já viveu momentos tristes em sua história. Sinceramente, eu espero que esses momentos tristes não estejam sendo recapitulados. Sem razão nenhuma, o Plenário se utiliza de retaliação a um membro do Ministério Público simplesmente porque alguns membros desta Casa não concordam com ele. Isso é um absurdo!

Logo depois o senador anunciou que a Rede Sustentabilidade, em protesto, entraria em obstrução no restante das votações da sessão.

A relatora da indicação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou Nogueira para o CNMP, foi a senadora Juíza Selma (Podemos-MT).

Já Dermeval, que concorria na vaga destinada a membros

do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), referente ao biênio 2019/2021, foi barrado por 33 votos contrários e teve 15 favoráveis.

Relatada pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), a indicação de Dermeval já havia sido aprovada na CCJ em 26 de junho. Ele é membro do MPDFT desde 2004 e integra o Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial e o Núcleo de Combate a Tortura da instituição.

CNMP

O Conselho Nacional do Ministério Público fiscaliza a atuação administrativa, financeira e disciplinar do órgão e de seus membros. E zela pela legalidade dos atos praticados pelo MP, inclusive recebendo reclamações e denúncias.

Senado aprova diplomatas para Bósnia Herzegovina, Guiana e ONU

O Plenário aprovou ontem a indicação dos diplomatas Lineu Pupo de Paula e Maria Clara Duclos Carisio para a chefia das embaixadas brasileiras na Bósnia e Herzegovina e na República Cooperativa da Guiana, respectivamente.

Pupo de Paula é servidor do Itamaraty desde 1982 e já trabalhou nas representações na antiga Alemanha Ocidental, no Equador, na Argentina, em El Salvador, em Honduras e na Venezuela, e junto à Organização dos Estados Americanos (OEA).

Maria Clara também ingressou em 1982 e trabalhou em missões na Suíça, na Irlanda, na Bélgica e na Alemanha e atuou junto à Comunidade Econômica Europeia.

Os candidatos foram sabatinados pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) na semana passada, quando Pupo de Paula afirmou que a Bósnia tem um grande potencial para a exploração de minério e pode ser um foco de exportação de grãos. Já Maria Clara falou sobre a perspectiva de que a Guiana tenha uma grande expansão econômica devido à descoberta de campos de petróleo.

Outro nome aprovado pelo Plenário ontem, com 49 votos favoráveis, 2 con-

trários e 1 abstenção, foi o do diplomata Ronaldo Costa Filho para o cargo de representante do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU).

Costa Filho foi sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) também na semana passada. Ele ingressou na carreira em 1987 e chefiou a Divisão da União Europeia e Negociações Extrarregionais, a Divisão de Serviços, Investimentos e Assuntos Financeiros e o Departamento de Negociações Internacionais. Já havia servido nos Estados Unidos, na Organização Mundial do Comércio (OMC), na Suíça e na Bélgica.

Homenagem

O espaço destinado a jornalistas da Agência Senado junto ao Plenário passará a se chamar Jornalista João Cláudio Netto Estrella. A homenagem proposta por Randolfe Rodrigues (Rede-AP) foi aprovada em Plenário também ontem.

Estrella atuava na TV Globo Brasília como repórter no Senado. Ele morreu em 29 de junho, vítima de pneumonia.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que Estrella foi um “companheiro dos senadores” por anos, e sua morte foi uma perda para todos.

Tasso apresenta hoje relatório da reforma da Previdência

Em reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça (CCJ), será lido hoje o relatório da reforma da Previdência (PEC 6/2019) elaborado por Tasso Jereissati (PSDB-CE) sobre as 77 emendas apresentadas em Plenário.

Apenas a leitura será feita hoje, enquanto que a discussão ocorrerá na terça-feira.

— Teremos uma reunião extraordinária de acordo com o calendário formulado pelos líderes e aprovado pelo senadores. Na terça-feira, às 10h, começaremos a discussão final nesta comissão

sobre as emendas apresentadas ao projeto de reforma da Previdência — afirmou a presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS).

Em entrevista à Rádio Senado, Tasso Jereissati explicou que a ideia é rejeitar as emendas para acolher as mudanças na PEC paralela (PEC 133/2019).

— Primeiro a reforma, que vai ser promulgada, e em seguida a PEC paralela. Toda sugestão é bem-vinda, estudamos e, dependendo da nossa análise, aceita-se ou não.

Se aprovada na CCJ, a proposta segue ao Plenário.



Relatório de Tasso será lido hoje na comissão dirigida por Simone Tebet



Plenário do Senado rejeitou reconduções de Lauro Nogueira e Dermeval Gomes para conselho do Ministério Público

Senadores poderão enviar sugestão a outro Poder

Foi aprovada em Plenário ontem projeto de resolução do Senado que vai permitir aos senadores sugerir diretamente a outro Poder que adote providências, realize ato administrativo ou de gestão; ou que envie ao Congresso projeto de iniciativa exclusiva sobre a questão.

De Davi Alcolumbre (DEM-AP), o PRS 9/2015 altera o Regimento Interno do Senado Federal para dar a senadores prerrogativa antes restrita aos deputados federais. O projeto vai à promulgação.

A proposta altera o item do regimento que trata da indicação. Segundo o artigo 224, a indicação é uma proposição de senador ou comissão que sugere que um assunto em discussão seja objeto de estudo ou providência pelo órgão

competente da Casa.

Aprovado na forma de substitutivo pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em julho, o texto estabelece duas finalidades para a indicação dos senadores: uma se dirige a outro Poder, e a outra, a órgão ou comissão competente da própria Casa, ambas visando a adoção de providência ou elaboração de proposição de sua competência.

Além do PRS 9/2015, outros dois projetos em tramitação, o PRS 23/2015, do ex-senador Ronaldo Caiado, e o PRS 28/2019, de Izalci Lucas (PSDB-DF), foram incorporados ao substitutivo do relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Anastasia assinalou uma “interessante inovação” trazida pelo texto de Caiado: a

conversão de projeto de lei em indicação, caso seja verificado vício de iniciativa (quando um parlamentar apresenta proposta sobre assunto de competência exclusiva de outro Poder).

— Estamos aqui alterando o Regimento Interno do Senado Federal, de tal modo que se incorpore a figura da indicação, que é uma figura que não é obrigatória ao Poder Executivo, mas que atende ao parlamentar que acolhe um pedido da sua comunidade, das suas bases, fazendo uma sugestão ao Poder Executivo.

Izalci também elogiou o projeto.

— Nós temos muitas propostas boas, mas que são prerrogativa do Executivo. Então, a gente cria o instrumento da indicação.

Projeto incentiva aprendiz de pequena e microempresa

Texto aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, que segue para a de Assuntos Econômicos, cria regras diferenciadas de financiamento para empreendedores que oferecerem cursos de aprendizagem

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem a proposta que cria regras de financiamento diferenciado para pequenas e microempresas que oferecem a seus aprendizes os cursos dos serviços nacionais de aprendizagem.

Desta forma, o projeto do senador Jayme Campos (DEM-MT), PL 3.470/2019, pretende incentivar a contratação de menores aprendizes. O texto agora segue para votação terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Pela proposta, as empresas que admitirem jovens entre 14 e 17 anos e os matricularem nesses cursos terão condições facilitadas e taxas de juros diferenciadas na obtenção de empréstimos de instituições financeiras públicas.

Para Jayme Campos, a medida é necessária para diminuir a taxa de desemprego entre jovens dessa faixa etária, que atinge os 44,5%, segundo o IBGE.

O senador ressaltou ainda

que o Brasil precisa, urgentemente, de iniciativas que promovam o crescimento econômico e combatam o desemprego.

— O jovem nessa faixa etária pode trabalhar sob condições específicas e atuar, por exemplo, como menor aprendiz. Trata-se de uma excelente oportunidade para aqueles que precisam complementar a renda em casa e, ao mesmo tempo, dar os primeiros passos no mercado de trabalho. Infelizmente, esses jovens não têm encontrado as oportunidades

que merecem — lamentou.

O relator, senador Paulo Paim (PT-RS), recomendou sua aprovação e avaliou a iniciativa como um “procedimento não invasivo de incremento educacional”. Na CAS, ele disse que a proposta é “um incentivo para o empreendedor num momento em que o desemprego está alto especialmente entre os jovens”.

— Não deixa de ser uma ajuda para solucionar o grave problema indicado e, ademais, em consonância com a Constituição — analisou Paim.



Autor da proposta, Jayme Campos conversa com Flávio Arns e Paulo Paim

Verba do fundo do pré-sal para pesquisa deve seguir com CNPq

Dois anos depois de aprovar o projeto que destina 20% do rendimento anual do Fundo Social do Pré-Sal para o desenvolvimento da ciência e tecnologia brasileiras, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) voltou ao tema ontem para rejeitar duas emendas de Plenário que repartiriam os recursos destinados originalmente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com outras instituições.

De Izalci Lucas (PSDB-DF), as duas emendas pretendiam dirigir parte dos rendimentos do fundo para projetos de pesquisa aprovados pelas agências de fomento às atividades científica, tecnológica e de inovação do governo federal, e não apenas aos selecionados pelo CNPq.

Ela seria, por exemplo, destinada à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e à Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii).

“O CNPq é a agência cujo objetivo fim é fomentar a

pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros. Não seria razoável pulverizar os recursos em questão para todas as agências de fomento, justifica Leila Barros (PSB-DF) no parecer que apresentou à CAS.

Divisão de recursos

O PLS 181/2016 foi elaborado por Lasier Martins (Podemos-RS) e determina que, do montante a ser aplicado no setor de ciência e tecnologia, 50% devem ser direcionados a projetos aprovados pelo CNPq e a outra metade, ao financiamento de infraestrutura de pesquisa em instituições públicas de ensino superior e de pesquisa.

O senador explica, em sua justificativa, que um dos principais benefícios da proposta será garantir recursos para ciência e tecnologia, sobretudo quando o setor perdeu a principal fonte de financiamento, após a Lei 12.734, de 2012, ter determinado a migração indiscriminada dos recursos do fundo setorial para as áreas de petróleo e gás natural para o Fundo Social do Pré-Sal.

Comissão aprova proposta para regulamentação das associações de municípios

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou na terça-feira o projeto de lei que estabelece regras para criação de associações de municípios. As associações são pessoas jurídicas de direito privado sem fins econômicos com a missão de representar interesses comuns das cidades nas áreas política, técnica, científica, educacional, cultural e social. O PLS 486/2017, do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), segue agora para deliberação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O exemplo mais conhecido de associação entre cidades brasileiras é a Confederação Nacional de Municípios (CNM), fundada em 1980. O relator, Lasier Martins (Podemos-RS), reconhece que

há uma prática já difundida de os municípios se unirem para o compartilhar experiências e a defesa de assuntos de interesse comum, mas alerta que, apesar disso, há grandes dúvidas sobre o marco jurídico dessas entidades.

O projeto foi aprovado na forma de substitutivo do relator. Entre as modificações, está a abrangência das entidades. O texto original previa que apenas cidades de um mesmo estado poderiam se agrupar em cada entidade. A nova versão prevê a possibilidade de associações nacionais, estaduais e microrregionais. O Distrito Federal também pode integrar associações. Além disso, é possível a filiação simultânea a mais de uma associação.

O relator incluiu no texto a proibição expressa de que as associações realizem a gestão associada de serviços públicos. O projeto também proíbe a atuação político-partidária e religiosa das associações, a remuneração dos seus dirigentes e a cessão de servidores

públicos dos municípios para as entidades.

A manutenção financeira das associações será feita por contribuições dos filiados, que devem estar previstas nas leis orçamentárias de cada município.

Caso o projeto seja



Relatório de Lasier Martins permite a formação de associações nacionais

convertido em lei, as associações de municípios que já existem terão dois anos para se adaptarem às novas regras. O texto original previa apenas um ano.

Durante o debate, os senadores Izalci Lucas (PSDB-DF), Daniella Ribeiro (PP-PB), Wellington Fagundes (PL-MT) e Omar Aziz (PSD-AM) elogiaram a proposta.

A CAE realizou ainda a leitura dos relatórios sobre a indicação de seis membros para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e foi concedida vista coletiva sobre cada relatório. Todos os relatores manifestaram-se favoravelmente às indicações e as sabatinas foram marcadas para as duas próximas terças-feiras.

Colegiado debate Previdência de trabalhadores que correm risco de morrer

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) realiza hoje audiência para discutir a Previdência dos guardas municipais, vigilantes e agentes de trânsito. A reunião faz parte do ciclo Previdência e Trabalho, proposto pelo presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS).

Foram convidados o deputado distrital Chico Vigilante; o presidente da Associação de Guardas Municipais do Brasil, Reinaldo Monteiro da Silva; o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviços, José Boaventura Santos; o diretor de Assuntos

Parlamentares da Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais, Evandro Fucitalo; o presidente da Federação Nacional dos Sindicatos dos Servidores dos Detrans Estaduais e do DF, Eider Marcos Almeida; o diretor da Secretaria de Educação da Confederação

Nacional dos Trabalhadores da Indústria; José Reginaldo Inácio; e o presidente da Associação Nacional de Altos Estudos em Guarda Municipal, Izdalfredo Nogueira.

Também devem participar representantes da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, da Agência da

Guarda Municipal de Goiânia e da Associação dos Agentes de Trânsito do Brasil.

O artigo 201 da Constituição prevê aposentadoria especial para os trabalhadores cuja integridade física corra riscos, mas, com a reforma da Previdência (PEC 6/2019), ela deixa de existir.

Relatório sobre proposta de reforma tributária é apresentado em comissão

Pedido de vista adiou a votação do texto de Roberto Rocha na CCJ. O relator é favorável à proposta, que ainda pode receber novas emendas

O SENADOR ROBERTO Rocha (PSDB-MA) apresentou ontem à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) seu relatório sobre a proposta de reforma tributária. A PEC 110/2019, que prevê a extinção e a unificação de tributos, tem como eixo principal a criação do Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), que terá as características de um imposto sobre valor adicionado (IVA). Um pedido de vista adiou a votação da proposta, que ainda pode receber emendas.

A presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), informou que o relator apresentará um complemento do voto, com a análise das novas emendas, no dia 2 de outubro. Segundo a senadora, a expectativa é que o governo apresente sugestões de mudanças no texto até lá. O Executivo também trabalha em uma proposta de reforma tributária, ainda não apresentada.

— Esperamos que nos próximos 15 dias o governo dê sua contribuição — disse ela.



O relator, Roberto Rocha, é favorável à proposta, com alterações no texto

No relatório, Rocha acatou sugestões de senadores, de representantes dos estados e do governo federal. A proposta original previa a incorporação de nove tributos ao IBS e a criação de um imposto sobre bens e serviços específicos: o Imposto Seletivo (IS), de competência federal.

Em vez disso, o relator sugere fundir os cinco impostos e contribuições sociais de competência da União em um IBS. O ICMS e o ISS (estaduais), ficariam em outro IBS.

Segundo ele, a medida evitaria excessiva concentração de tributos no âmbito da União.

“Essa dualidade do IBS seria invisível ao contribuinte, que continuaria recolhendo para duas fontes, mas segundo a mesma sistemática (mesma base de incidência e mesmos princípios referentes à não cumulatividade). Também evitaria que o IS tenha finalidade arrecadatória. Cremos, com isso, que compatibilizamos a necessidade de uniformização da tributação, mas com garan-

tia de manter a autonomia dos entes federados.”, explica.

Roberto Rocha também sugere a criação de um fundo de desenvolvimento para investimento em ações estruturais como, por exemplo, universalização do saneamento no país.

“É sabido que atualmente há centenas de fundos contábeis, cujos recursos estão parados e sem utilização, e que poderiam ser destinados a gerar renda e investimento para a sociedade”, defende no relatório.

Emendas

O senador incorporou parcialmente uma série de emendas apresentadas pelos senadores e outras sugestões recebidas para assegurar regimes tributários especiais em vigência, como o da Zona Franca de Manaus.

O relatório também sugere a destinação para o Maranhão de parte das receitas auferidas pela Base de Alcântara com o lançamento de foguetes.



Aras foi indicado pelo presidente da República

Sabatina de Augusto Aras para PGR será na quarta-feira

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) leu ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o relatório à indicação de Antônio Augusto Brandão de Aras para o cargo de procurador-geral da República. A sabatina do indicado na comissão foi marcada para a próxima quarta-feira, às 9h.

Os integrantes da CCJ vão sabatar o subprocurador e, caso a indicação (MSG 53/2019) seja aprovada, seguirá para análise em Plenário. Ele foi indicado para a vaga decorrente do término do mandato de Raquel Dodge. O mandato do procurador-geral tem duração de dois anos, sendo permitida a recondução.

A indicação de Aras quebrou uma tradição seguida desde 2003, segundo a qual o nome é escolhido pelo presidente da República a partir de uma lista com os três mais votados em seleção interna dos procuradores. Desta vez, o presidente Jair Bolsonaro, decidiu indicar um nome fora da lista.

Davi Alcolumbre defende proposta única de Senado, Câmara e governo

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, defendeu ontem a busca de um entendimento entre o Senado e a Câmara dos Deputados em torno de uma proposta única de reforma tributária. Atualmente, o Senado trabalha na PEC 110/2019, cujo relatório foi apresentado à CCJ.

— Conversei com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, ele também acha

que é uma possibilidade. A gente tem que buscar uma forma regimental. Eu vou conversar com os relatores [deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e senador Roberto Rocha], vou pedir uma reunião dos líderes na Câmara e no Senado para a gente nivelar as informações.

Davi também cobrou mais participação do governo na elaboração da proposta e

sugeriu uma “composição tripartite” que, além de Câmara e Senado, conte com atuação direta da equipe econômica do ministro da Economia, Paulo Guedes.

— Quem tem três reformas não tem nenhuma. Acho que o governo precisava estar mais presente em relação a esse tema. Porque você vê o debate na Câmara, eles estão avançando naturalmente, com a

legitimidade e a autoridade que existe na Câmara. No Senado, da mesma maneira. E a gente não vê o governo apresentando de fato uma sugestão que possa contribuir — observou.

Para o senador, a reforma tributária vai desburocratizar a arrecadação.

— No final, nós temos que colher o fruto e o resultado disso: melhorar a vida das pessoas, simplificar.

Avança utilização de previdência privada como lastro

Recursos acumulados em planos de previdência privada poderão ser usados como garantia de empréstimos ou financiamentos, segundo projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O PL 2.011/2019 segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A intenção de Alvaro Dias (Podemos-PR), autor da proposta, é “contribuir para a diminuição do custo do crédito no país”. Segundo a justificativa do senador, a Lei 11.196, de 2005, já permite ao participante dar em garantia quotas em fundos de investimentos e seguros de vida nas operações de financiamento imobiliário. O projeto vai além e permite a oferta também dos recursos de previdência complementar como garantia em qualquer



Oriovisto Guimarães foi relator na Comissão de Constituição e Justiça

operação de crédito.

A expectativa de Alvaro, compartilhada pelo relator, Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), é de que o uso dos planos de previdência privada como lastro nos empréstimos e financiamentos ajude a reduzir as taxas de juros dessas operações. O relator apresentou apenas uma emenda de

redação.

— Com essa nova garantia real que é esse fundo de pensão, que é de propriedade daquele que toma o empréstimo, as taxas de juros cairão significativamente. Cria mais possibilidades de garantias a serem oferecidas às instituições financeiras e ajuda a reduzir risco de inadimplência — disse Oriovisto.

Conforme dados do Banco Central, em abril de 2019 as taxas de juros médias no crédito consignado (com desconto em folha de pagamento) eram de 23,4% ao ano. “No crédito para aquisição de veículos (o bem serve como garantia da operação), era de 21,3%. Já no crédito pessoal sem garantia real ou desconto em folha, a média era de 127,1% ao ano”, afirma o relator no parecer.

Paim: governo está acabando com salário mínimo

Paulo Paim (PT-RS) criticou ontem em Plenário o governo federal por, a cada dia, acabar com a política do salário mínimo, hoje no valor de R\$ 998. Na opinião do senador, deixar o salário mínimo sem reajustes terá consequências drásticas à economia, além de agravar ainda mais a situação da população de baixa renda.

— É bom lembrar ao governo, que, para cada real a menos no salário mínimo, ele próprio deixa de arrecadar R\$ 0,54 em tributos. Aonde vamos chegar? Na miséria total da população?



Paulo Paim

Collor votará contra reforma da Previdência

Fernando Collor (Pros-AL) anunciou ontem em Plenário que votará contra a reforma da Previdência (PEC 6/2019). O senador afirmou que a proposta, além de não garantir o fim dos privilégios, vai aprofundar as desigualdades do país.

— Teria como objetivo reduzir a distância entre os mais ricos e os mais pobres. Mas é precisamente nesse campo que estão as maiores falhas do texto. Se ele terá o incerto resultado de reduzir privilégios de alguns, sem dúvida aprofundará a penúria de muitos.



Fernando Collor

Defesa do Fundo Amazônia marca audiência pública

De acordo com especialista ouvido ontem na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, suspensão do repasse de recursos por conta do desmatamento pode ser considerado “crime de lesa-pátria”

O vice-presidente do Conselho Diretor do Instituto Democracia e Sustentabilidade, João Paulo Capobianco, defendeu ontem em audiência pública a importância do Fundo Amazônia. Ele repudiou tentativas de desqualificar o destino dos recursos. O fundo é voltado à captação de doações para prevenção, combate ao desmatamento e conservação das florestas no bioma Amazônia.

A controvérsia sobre a gestão ganhou destaque após a Noruega e a Alemanha, responsáveis pela maior parte das doações, anunciarem a suspensão dos repasses ao governo, em agosto, em razão do aumento do desmatamento na floresta brasileira. Capobianco ressaltou que não é exagerado dizer que a ameaça ao fundo constitui “crime de lesa-pátria”.

— Pela primeira vez, o sistema conseguiu captar a fundo perdido na Amazônia R\$ 1,8 bilhão em ações prioritárias nas três esferas de poder. Hoje esse fundo está completamente em risco — lamentou, na audiência promovida pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC).



Deputado Edilázio Júnior e senador Zequinha Marinho ouvem Capobianco

Ele associou a criação do fundo a uma mudança na posição da diplomacia brasileira, que historicamente recusava-se a vincular a preservação das florestas ao controle do clima. No entanto, conforme ressaltou, a grande elevação do desmatamento, verificada a partir de 2003, e suas consequências levaram o país a se preocupar com sua responsabilidade pelo desmatamento diante de outros países.

Para Capobianco, as contribuições voluntárias para combate ao desmatamento respeitam a autonomia, a soberania e a decisão política do país, considerando que o conselho gestor do fundo tem maioria de membros indicados pelo governo.

Ele manifestou preocupação

com a possibilidade de restrições internacionais aos produtos brasileiros como resposta ao aumento de queimadas, do desmatamento e destruição de povos indígenas.

Zequinha Marinho (PSC-PA) disse que é preciso combater as causas dos incêndios, inclusive a falta de equipamentos para o agricultor limpar seus terrenos sem apelar para queimadas. Paulo Rocha (PT-PA) ressaltou que a floresta deve ser vista como parte da solução dos problemas do país.

O senador Fabiano Contarato (Rede-ES) destacou a pressão de investidores internacionais pela preservação e denunciou o desmonte dos órgãos ambientais como violação a um “direito humano essencial”.

Exposição mostra artesanato feito no Tocantins

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, participou ontem da abertura da exposição *Tesouros do Tocantins*, no Espaço Ivandro Cunha Lima. São colares, brincos, bolsas e objetos de decoração produzidos por artesãos do estado, especialmente mulheres, com sementes, capim dourado e outras fibras típicas da Região Norte. A mostra pode ser vista até amanhã.

— A partir de toda a riqueza representada aqui, a gente vai poder difundir a cultura e a tradição de vocês, que constroem a história do estado do Tocantins e ajudam o Brasil.



Davi elogia artesãos ao lado de Eduardo e Kátia Abreu (3ª ao fundo)

Ao se referir ao trabalho dos artesãos, Kátia Abreu (PDT-TO) falou da importância do apoio do Sebrae à economia criativa. Segundo a senadora, a indústria criativa representa hoje cerca de 2,5% do PIB.

— Tenho certeza de que, desta exposição, nasce um projeto, nasce o fortalecimento dessa identidade e do laço de amizade que os estados do Norte do país têm — afirmou Eduardo Gomes (MDB-TO).

Fim de radares em rodovias federais será tema de debate

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) debaterá as consequências do despacho do presidente Jair Bolsonaro que suspendeu pardais e radares nas rodovias federais até que o Ministério da Infraestrutura reavalie as normas desse tipo de fiscalização.

Ao pedir que o colegiado promova audiência sobre o assunto, Humberto Costa (PT-PE) sugeriu que sejam convidados representantes do Detran e da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Os senadores da comissão também decidiram que irão debater a realidade dos moradores de rua, o controle das

ações públicas na execução da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras e o projeto que obriga as empresas com mais de 50 e menos de 99 empregados a contratarem pelo menos uma pessoa com deficiência ou reabilitada pela Previdência Social (PLS 277/2016). Os três requerimentos foram apresentados por Mara Gabrilli (PSDB-SP).

O colegiado também aprovou o pedido de informações de Mara ao ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a concessão de patentes, particularmente do segmento de saúde, no âmbito do INPI.

Avança certificado digital para representação de órgão público

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem projeto que estabelece que a certificação digital possa reconhecer atributos de representação de órgãos públicos, pessoas jurídicas e incapazes. O texto vai para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

De Irajá (PSD-TO), o PL 3.983/2019 modifica a Medida Provisória 2.200-2/2001, que instituiu o Sistema Nacional de Certificação Digital e a Infraestrutura de

Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

De acordo com o autor, o sistema precisa de aperfeiçoamento para que esses certificados digitais da ICP-Brasil possam servir para atestar também poderes de representação de órgãos públicos, de pessoas jurídicas e de incapazes. Atualmente algumas transações — como as bancárias, o envio de declarações e assinatura de notas fiscais — já são feitas por meio de certificação digital.

RÁPIDAS

SANCIONADA LEI QUE GARANTE ÀS MÃES O DIREITO DE AMAMENTAR DURANTE PROVA DE CONCURSO PÚBLICO

Mães terão direito de amamentar seus filhos durante concursos públicos de órgãos da administração direta e indireta da União. É o que estabelece a Lei 13.872, de 2019, sancionada por Jair Bolsonaro na terça-feira e publicada ontem no *Diário Oficial da*

União. A norma é oriunda do Projeto de Lei do Senado (PLS) 156/2015, do ex-senador e atual deputado federal José Medeiros (Podemos-MT). O texto assegura a amamentação de bebês de até 6 meses durante as provas e outras etapas do certame.

AGRESSOR DOMÉSTICO JÁ ESTÁ OBRIGADO A RESSARCIR SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE POR ATENDIMENTO A VÍTIMAS

Virou lei o projeto que responsabiliza o agressor pelo ressarcimento dos custos de serviços prestados pelo SUS às vítimas de violência doméstica e familiar. A Lei 13.871, que altera a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006), foi sancionada na terça-feira.

O projeto que deu origem à nova lei foi o PLC 131/2018, dos deputados Rafael Motta (PSB-RN) e Mariana Carvalho (PSDB-RO). No Senado, a proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e no Plenário em março deste ano.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Debate pede mais políticas de prevenção ao suicídio

Especialistas sugeriram a interlocução da rede pública com serviços de atendimento treinados para encaminhar pessoas com depressão a profissionais com qualificação adequada em casos de emergência

NO SETEMBRO AMARELO, mês de prevenção ao suicídio, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discutiu o tema “Suicídio e automutilação”. Os convidados defenderam ontem o fortalecimento das políticas públicas para prevenir as ocorrências e a criação de serviços eficientes de atendimento ao cidadão.

A psicóloga Alessandra Xavier, da Universidade Estadual do Ceará, apresentou dados oficiais mostrando que, entre 2007 e 2016, mais de 106 mil pessoas se mataram no Brasil. Nesse período, a taxa cresceu 24% entre os adolescentes das grandes capitais. Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) também indicam que o suicídio cresceu 7% no Brasil, enquanto vem caindo em alguns outros países.

O psiquiatra Fábio Gomes de Matos, da Universidade Federal do Ceará, defendeu a criação de um serviço de atendimento público nos moldes do Centro de Valorização da Vida (CVV), porém com mais qualificação. O CVV trabalha com voluntários.

— O país necessita criar uma rede pública com interlocução. Não dá para ficar sem encaminhar para um profissional com treinamento e qualificação adequados — disse.

Representante da Associação



Eduardo Girão (C) preside audiência pública sobre suicídio e automutilação

dos Psiquiatras da América Latina e do Ministério da Cidadania, Sandra Paula Peu pediu que o governo dê efetividade à Política Nacional de Prevenção ao Suicídio (Lei 13.819, de 2019).

Ela sugeriu a capacitação de profissionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), do Disque 100 (relacionado aos direitos humanos) e do Disque 180 (de combate à violência contra a mulher) como meios iniciais de cumprir as lacunas deixadas por programas que já existem, mas que não conseguem abarcar a demanda.

O senador Eduardo Girão (Podemos-CE), que presidiu a audiência, defendeu a integração de órgãos públicos e o uso da inteligência artificial para identificar, nas redes sociais, pessoas que possam cometer suicídio ou automutilação.

Girão ainda lamentou o des-

monte que, no seu entender, tem sofrido o setor público de saúde no atendimento das pessoas com transtornos mentais.

Sandra reiterou, com base em pesquisas publicadas no Brasil e em outros países, que praticamente a totalidade das pessoas que morrem por suicídio já sofriam antes de alguma doença mental. Para ela, o que previne o suicídio é tratar a doença mental.

O senador Marcelo Castro (MDB-PI), que também é psiquiatra, defendeu tratamentos de eletroconvulsoterapia (conhecido pelo termo popular “eletrochoque”), quando o problema for depressão profunda com risco de suicídio. Para Styvenson Valentim (Podemos-RN), o poder público deve desenvolver estratégias proativas de prevenção, em vez de apenas esperar que pessoas em crise busquem atendimento.

Projeto cria Prêmio Monteiro Lobato de Literatura

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) pode analisar hoje, às 10h, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 50/2019 contendo o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Brasil e Portugal, que cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Sal-

vador, em 5 de maio de 2017. De acordo com a proposta, de autoria da CRE da Câmara dos Deputados, o prêmio terá por objetivo prestigiar, a cada dois anos, autores e ilustradores de livros infantis e juvenis que contribuirão para engrandecer o patrimônio literário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, da qual o Brasil atualmen-

te ocupa a presidência. Os Ministérios das Relações Exteriores e da Cultura e a Fundação Biblioteca Nacional atuaram na confecção do protocolo adicional, com apoio da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil. O relator, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), é favorável à aprovação da proposta.

Nova lei permite posse de arma no imóvel rural inteiro

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a norma que define toda a extensão do imóvel rural como residência ou domicílio, o que permite ao proprietário ou gerente de uma fazenda andar armado em toda a área da propriedade, e não apenas na sede. A Lei 13.870 foi publicada ontem no *Diário Oficial da União*, sem vetos. Anteriormente, a posse apenas era permitida dentro de casa, ou da sede.

Originária do PL 3.715/2019, a legislação muda o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 2016), que autorizava a posse de arma de fogo nas residências e no trabalho, mas não particularizava o caso dos imóveis rurais.

Prática do laço vira expressão esportivo-cultural da vaquejada

Foi publicada na terça-feira, no *Diário Oficial da União*, a Lei 13.873, que inclui o laço como expressão esportivo-cultural pertencente ao patrimônio cultural brasileiro de natureza imaterial, dispondo sobre as modalidades esportivas equestres tradicionais e sobre a proteção ao bem-estar animal. A norma é proveniente de um projeto do ex-senador Raimundo Lira e altera a Lei 13.364, de 2016, que regula as práticas da vaquejada, do rodeio e do laço no Brasil.

As modalidades que passam a ser reconhecidas como esportivas equestres e tradicionais são, entre outras, o adestramento, o concurso completo de equitação, o enduro e o hipismo rural.

Feminicídio será discutido em comissão de combate à violência

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher aprovou ontem um ciclo de debates sobre feminicídio. Para discutir o tema, a comissão pretende ouvir representantes do Ministério da Justiça, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, do Poder Judiciário, do Ministério Público, de polícias e de associações da sociedade civil.

O *Atlas da Violência 2018*, publicado recentemente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostra a redução de quase todos os tipos de crime e o aumento expressivo do feminicídio e da violência doméstica. Foi o que destacou a senadora Leila Barros (PSB-DF), ao justificar o requerimento para a promoção do ciclo de debates.

A comissão aprovou ainda requerimento da vice-presidente do colegiado, deputada Elcione Barbalho (MDB-PA), que prevê audiência sobre o Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida (Frida), instrumento criado para prevenir e enfrentar a violência doméstica e familiar contra a mulher. O formulário é fruto de estudo desenvolvido por peritos brasileiros e europeus no âmbito da Iniciativa de Apoio aos Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil, por

meio do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Ministério da Mulher.

Plano de trabalho

Na mesma reunião, foi aprovado o plano de trabalho para 2019, que prevê oitivas, diligências nos estados e audiências. A relatora do colegiado, deputada Luizianne Lins (PT-CE) apresentou o relatório da comissão no biênio 2017-2018, que destacou diversos debates e seminários.

O relatório destaca as agressões contra as mulheres, decorrentes sobretudo de episódios envolvendo violência obstétrica, guarda compartilhada e alienação parental.

— É necessário combater a cultura de desrespeito às mulheres, que torna a casa um local perigoso e as ruas, locais interditados pelo medo — afirmou Luizianne.

A deputada destacou ainda que o Brasil se mantém como o quinto país em que mais se matam mulheres em razão de sua identidade de gênero.

Procuradora da Mulher no Senado, Rose de Freitas (Podemos-ES) disse que vai apresentar um plano de trabalho para unificar as atividades do Outubro Rosa e outras ações em defesa das mulheres.



Entre Elcione e Luizianne, senadora Zenaide Maia dirige reunião

Explorador de trabalho infantil tem que ficar sem terra, diz Kajuru

Jorge Kajuru (Cidadania-GO) defendeu ontem que proprietários rurais que explorem mão de obra infantil percam as terras. Ele disse que está recolhendo assinaturas para uma PEC nesse sentido.

Segundo o senador, ainda existem cerca de 3 milhões de crianças submetidas a isso.

— O trabalho dignifica o homem, mas, quando falamos de crianças, não podemos esquecer os valores como educação, saúde, lazer, imprescindíveis para o desenvolvimento saudável de uma criança.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Humberto condena efeitos do teto de gastos na saúde

Humberto Costa (PT-PE) chamou ontem os cortes no Orçamento de “estrangulamento da saúde pública no Brasil”. O senador criticou a Emenda Constitucional 95, de 2016, a chamada Emenda do Teto de Gastos, que limita por 20 anos os gastos públicos.

Ele lembrou o retorno do sarampo e lamentou que o governo tenha cortado R\$ 400 milhões dos recursos para compra e distribuição de vacinas. Humberto entende que a Emenda 95 é desumana e que são muitas as dificuldades enfrentadas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Debate: abelhas precisam ter o habitat preservado

Especialistas ouvidos na Comissão de Agricultura afirmaram que apenas o plantio e a preservação de vegetação nativa podem recuperar as populações de polinizadores, essenciais à reprodução vegetal

O CONTROLE BIOLÓGICO de pragas e a recomposição de habitats, com plantio e preservação de vegetação nativa, foram defendidos ontem por especialistas como solução para proteger abelhas e outros polinizadores. A audiência da Comissão de Agricultura (CRA) debateu projeto de Lasier Martins (Podemos-RS) que visa estimular pesquisas e medidas de proteção às populações de polinizadores (PL 1.918/2019).

O coordenador-geral de Agrotóxicos e Afins do Ministério da Agricultura, Carlos Venâncio, garantiu que a pasta investe em alternativas.

— De 2016 para 2017, a produção de produtos biológicos e microbiológicos cresceu 77%, mesmo com o país em crise. É realmente uma tecnologia que está avançando de maneira espetacular.

Pesquisador da Embrapa Soja, Decio Gazzoni advertiu que o uso indiscriminado de agrotóxicos afeta os polinizadores e que as soluções



Soraya Thronicke dirige audiência que apontou papel dos polinizadores

passam pela recomposição de habitats, com plantio e preservação de vegetação nativa: — Os nossos corredores ecológicos, a nossa legislação florestal é um patrimônio, é uma coisa que depõe muito a favor do Brasil.

Proteção

Lasier defendeu a proteção aos polinizadores.

— O que proponho é que sejam previstos dispositivos que protejam polinizadores na Política Nacional do Meio Ambiente, na Lei de Agrotóxicos, no novo Código Florestal

e na Lei de Biodiversidade.

A polinização é o transporte do pólen de uma flor a outra, garantindo a reprodução de plantas que só produzem sementes e frutos quando polinizadas. Abelhas, morcegos e beija-flores são exemplos de polinizadores.

De acordo com o relator do projeto, Luis Carlos Heinze (PP-RS), é importante escutar os especialistas.

— Precisamos preservar, sim, nosso meio ambiente, nossas abelhas, mas também o agricultor e a produção rural, o carro-chefe do nosso país.

Audiência avaliará comunidades em área protegida

A Comissão do Meio Ambiente (CMA) promove hoje, às 10h, debate sobre o papel de áreas protegidas no Brasil para territórios comunitários e geração de renda e conservação da biodiversidade.

A audiência foi solicitada pelo senador Fabiano Contarato (Rede-ES), que preside a comissão. No requerimento, ele explica que as unidades de conservação de uso sustentável terrestres, no Brasil,

ocupam 11,7% do território nacional, e são áreas onde é permitido gerar renda e contribuir para a conservação de áreas naturais.

Foram convidados para o debate o representante da Fundação Pró-Natureza, Pedro Bruzzi; a representante do movimento geraizeiro; Lúcia Agostinho; o presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Joaquim Corrêa de Souza Belo, e a representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Katia dos Santos Penha.



Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Contarato pediu a audiência

Surdos podem ter desconto em mensagens de texto

Recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) poderão ser usados para custear o desconto nos planos de mensagem de texto por celular para pessoas com deficiência auditiva ou de fala. A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem uma emenda da Câmara dos Deputados (ECD 6/2015) que modifica o PLS 238/2008 com esse objetivo. A emenda foi relatada por Mara Gabrilli (PSDB-SP) e agora segue para o Plenário.

Do senador Flávio Arns (Rede-PR), o PLS 238/2008

instituiu a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviço para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou da

fala. O projeto foi aprovado no Senado em 2012 e na Câmara em 2015. Durante a tramitação, o texto recebeu emenda para determinar que o custo seja coberto por recursos do Fust.



Emenda de Mara Gabrilli prevê recursos do Fust para custear benefício

Contarato quer discutir ação do crime organizado na Amazônia

É urgente barrar o genocídio no campo, segundo o presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), Fabiano Contarato (Rede-ES). O senador destacou que relatórios da organização Human Rights Watch apontam o envolvimento do crime organizado, de grileiros de terras e de milícias nos desmatamentos e queimadas na Floresta Amazônica.

— Desenvolvimento deve ser economicamente viável, ecologicamente equilibrado e socialmente justo. Contarato quer discutir ação do crime organizado na Amazônia

Existem meios, técnicas e, sobretudo, pessoas com propostas para melhor gestão nas áreas protegidas do país — disse.

Os relatos posicionam o Brasil como o país mais perigoso

para ativistas de causas ligadas ao meio ambiente. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontam que foram ao menos 300 crimes nos últimos 10 anos, mas apenas 14 foram julgados.

Contarato também condenou a aprovação da ampliação da posse de armas em propriedades rurais. A nova regra (Lei 13.870, de 2019) foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro na terça-feira.

— É a sentença de morte para quem defende a floresta.

O senador adiantou que três audiências tratarão do tema na CMA. Hoje será debatido o papel de áreas protegidas para territórios comunitários. Em outubro serão ouvidos representantes do Ibama, do ICMBio, do Ministério da Agricultura e do Ministério Público Federal.

Plínio Valério pede criação de CPI das ONGs na Amazônia

Favorável a uma CPI para investigar as ONGs que atuam na Amazônia, Plínio Valério (PSDB-AM) mostrou ontem documentos que comprovaram a ligação de ONGs com estrangeiros para compra de terrenos na região.

— Essa área comprada em Coari equivale a 3%, 4% da área da Holanda. [...] Para comparar melhor o tamanho dessa grandeza, a gente pega a Holanda e vê: três holandeses já são donos de um território equivalente a 3% da Holanda num só município no Amazonas.

Para Veneziano, Future-se enfraquece universidades federais

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) criticou ontem em Plenário o Programa Future-se, lançado pelo governo federal, que abre a possibilidade de as universidades públicas captarem recursos privados por meio de contratos com organizações sociais sem a necessidade de chamada pública.

— Nós não podemos conceber, não podemos concordar, não podemos aquiescer com essa linha de pensamento. Esta é a disposição do governo federal: enfraquecer, fragilizar essas entidades.

Kátia Abreu destaca exposição Tesouros do Tocantins

Kátia Abreu (PDT-TO) destacou ontem a exposição *Tesouros do Tocantins*. A senadora observou que estão expostos produtos feitos com o capim dourado do Jalapão, o coco do buriti do Bico do Papagaio (região norte do estado) e com sementes de frutas silvestres e madeira perdida de Xambioá.

— Hoje nós estamos inaugurando a mostra *Tesouros do Tocantins*, que são justamente o nosso artesanato da maior qualidade e perfeição.

A exposição vai até amanhã, no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima.

Ciência e tecnologia têm que ser prioridade, afirma Izalci Lucas

Izalci Lucas (PSDB-DF) afirmou ontem em Plenário que o governo, os políticos e a sociedade precisam aprender que investimentos em ciência e tecnologia são prioridade nos países desenvolvidos e deveriam ser também no Brasil.

— Eu nunca vi um político que não colocasse a educação, a ciência e a tecnologia como prioridades. Mas, na prática, isso não acontece. Então a gente está querendo mudar um pouco essa história, através da Comissão Mista do Orçamento — observou o senador.